

# CIDADES E CRISE URBANA IMINENTE: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS ACERCA DE SOCIABILIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO PÓS PANDEMIA NAS CIDADES BRASILEIRAS

Recebido em: 24/07/2023

Aceito em: 22/08/2023

DOI: 10.25110/akropolis.v30i2-011

Eloisa Carvalho de Araujo <sup>1</sup>  
Jefferson Tomaz de Araújo <sup>2</sup>  
Karina Martins de Souza <sup>3</sup>

**RESUMO:** A pandemia de Covid-19 tem causado uma série de impactos sociais, sanitários, econômicos, políticos e urbanísticos nas cidades brasileiras. No período pós-quarentena paulatinamente iniciado, pressupõe-se a eclosão de rupturas diversas nos paradigmas de produção e gestão de cidade. Entre outros aspectos, os modos de sociabilidade no espaço urbano indicam uma possível necessidade de reestruturação por parte do poder público no processo de apropriação dos espaços da cidade. Busca-se aqui discutir algumas possíveis ações de reordenamento dos espaços livres urbanos de maneira sistêmica entre Estado e sociedade civil, considerando os esforços coletivos das apropriações de grupos sociais distintos no sentido de potencializar aspectos como a multifuncionalidade, a vitalidade e a polissemia da cultura urbana. Como contribuição científica, o trabalho promove a identificação de algumas práticas possíveis à revisão e reformulação de políticas públicas a fim da reativação dos espaços urbanos na conjuntura atual e no futuro das cidades brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19; Sociabilidade; Políticas Públicas; Gestão Urbana; Urbanismo Tático.

## CITIES AND IMPENDING URBAN CRISIS: REFLECTIONS AND PERSPECTIVES ABOUT SOCIABILITIES AND PUBLIC POLICIES IN THE POST-PANDEMIC PERIOD IN BRAZILIAN CITIES

**ABSTRACT:** The COVID-19 pandemic has caused a number of social, health, economic, political and urban impacts in Brazilian cities. In the gradually initiated post-quarantine period, it is assumed the outbreak of diverse ruptures in the paradigms of production and city management. Amongst other aspects, the ways of sociability in urban space indicate a possible need for restructuring on the part of the public authorities in the process of appropriating the spaces of the city. The aim here is to discuss some possible actions to reorganize urban free spaces in a systemic way between state and civil society, considering the collective efforts of the appropriation of distinct social groups in order to enhance aspects such as multifunctionality, vitality and polysemy of urban culture. As a scientific contribution, the work promotes the identification of some possible practices

<sup>1</sup> Doutora em Urbanismo. Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: [eloisacarvalhoaraujo@id.uff.br](mailto:eloisacarvalhoaraujo@id.uff.br)

<sup>2</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: [jeffersontomaz@id.uff.br](mailto:jeffersontomaz@id.uff.br)

<sup>3</sup> Mestra em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: [kamartins@id.uff.br](mailto:kamartins@id.uff.br)

for the revision and reformulation of public policies in order to reactivate urban spaces in the current and future circumstances of Brazilian cities.

**KEYWORDS:** Covid-19; Sociability; Public Policy; Urban Management; Tactical Urbanism.

## **CIUDADES Y LA INMINENTE CRISIS URBANA: REFLEXIONES Y PERSPECTIVAS SOBRE SOCIABILIDADES Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN EL PERÍODO POSTPANDEMICO DE LAS CIUDADES BRASILEÑAS**

**RESUMEN:** La pandemia del Covid-19 ha causado una serie de impactos sociales, sanitarios, económicos, políticos y urbanos en las ciudades brasileñas. En el período post-cuarentena que ha comenzado gradualmente, se supone que hay varias rupturas en los paradigmas de producción y gestión de la ciudad. Entre otros aspectos, los modos de sociabilidad en el espacio urbano indican una posible necesidad de reestructuración por parte de las autoridades públicas en el proceso de apropiación de los espacios de la ciudad. El objetivo es examinar las posibles medidas para reordenar los espacios libres urbanos de manera sistémica entre el Estado y la sociedad civil, teniendo en cuenta los esfuerzos colectivos de apropiación de diferentes grupos sociales para mejorar aspectos como la multifuncionalidad, la vitalidad y la polisemia de la cultura urbana. Como contribución científica, el trabajo promueve la identificación de algunas prácticas posibles para la revisión y reformulación de políticas públicas con el fin de reactivar las áreas urbanas en la situación actual y en el futuro de las ciudades brasileñas.

**PALABRAS CLAVE:** Covid-19; Sociabilidad; Políticas Públicas; Gestión Urbana; Urbanismo Táctico.

### **1. INTRODUÇÃO**

Seja uma cidade de grande, médio ou pequeno porte, os efeitos da pandemia atingiram-nas incidindo na necessária reorganização de suas dinâmicas e características. Os impactos, certamente, são distintos em função de suas especificidades, mas o cenário caótico de incertezas e impotência do Estado frente às novas dificuldades parece ser amplamente partilhado (NETTO et al., 2020). Os iminentes déficits nos orçamentos de diversos municípios brasileiros começam a se caracterizar como um grande desafio à governança da gestão pública. Nessa perspectiva, os rearranjos e estratégias institucionais pressupõem uma amplitude de ações necessárias ao reordenamento das cidades, suas atividades e serviços urbanos.

Nesse contexto, uma crise de diversas faces tem sido instalada nas cidades e, ainda, parece estar em processo de intensificação. A violência urbana acentuou-se devido à redução do policiamento nas ruas, a economia das cidades sofreu drasticamente — especialmente a voltada ao turismo — e muito dinheiro público tem sido gasto na adaptação das paisagens urbanas a esse momento, entre outros aspectos. Além disso,

pode-se destacar o expressivo impacto emocional causado nas pessoas, engendrando uma sensação de angústia, medo e incerteza constantes (DEPINÉ, 2020).

Na presente conjuntura, um desafio inédito às cidades brasileiras do século XXI, que se expressa de maneira ainda mais incisiva na apropriação dos espaços livres urbanos, conduz esta discussão lidando com as seguintes questões: Como produzir e transformar espaços livres públicos adaptados a esse novo cenário cumprindo seu papel democrático em meio a essa ampla crise anunciada? Como reativar a sociabilidade entre os cidadãos nos espaços livres urbanos respeitando as medidas sanitárias no período pós-quarentena? Como reformular políticas públicas desse cunho para as cidades diante de uma possível escassez de recursos financeiros municipais?

Este trabalho tem como objetivo discutir possíveis ações de reordenamento dos espaços livres urbanos de maneira sistêmica entre os diferentes agentes sociais, considerando os esforços coletivos das apropriações sociais do espaço no sentido de potencializar a diversidade da cultura urbana. Nessa perspectiva, a abordagem metodológica apoia-se em revisão de literatura contendo teorias e práticas que iluminam as novas pautas urbanas contemporâneas e urgentes.

Desenvolvida no âmbito de um processo de pesquisa continuada<sup>4</sup>, a discussão, ora apresentada, pelo viés teórico-prático, anuncia-se como suporte às inquietações da sociedade frente as transformações em curso nas cidades contemporâneas, elegendo-se, a partir das narrativas da pandemia, o espaço urbano como o espaço da experiência, da comunicação das normas, das formas e das relações.

Nesse processo, buscou-se compreender as distinções estabelecidas entre as teorias, sobretudo, no que se refere a sua emergência na formulação de políticas públicas e instrumentos reguladores para compreender o processo de ressignificação dos espaços urbanos, enfatizando a dimensão sensível do espaço e sua vivência pública a partir dos impactos da pandemia de Covid-19 em nossas cidades.

## **2. NOTAS SOBRE A [IMPOSTA] MUTABILIDADE**

A atual conjuntura repleta de instabilidade e mudanças bruscas no modo de vida da população tem afetado drasticamente o nosso mecanismo de defesa instintivo. Fomos

---

<sup>4</sup> A pesquisa insere-se no Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq, Cidades, Processos de Urbanização e Ambiente, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal Fluminense.

tirados da nossa zona de conforto repentinamente, deparando-nos com uma situação completamente alheia ao repertório das gerações atuais (LELES, 2020).

Desse modo, mudanças fazem-se necessárias neste momento. Sejam pontuais ou estruturais, as modificações de padrões de apropriação dos corpos no espaço das cidades já se fazem presentes no contexto da paulatina reorganização da vida urbana. O (re)planejamento de práticas outrora consideradas banais agora se apresenta com um nível de complexidade ainda mais elevado, exigindo a mutabilidade para sua resistência. Trata-se de um movimento em curso com um grau de variações e exigências que assegurem o bem estar da população.

## 2.1 Novas Sociabilidades?

A cidade pode ser comparada a um ímã, que atrai e concentra as pessoas. Ela possui como característica intrínseca o conviver e o “estar junto”, uma prática social tão latente em nosso contexto latino-americano e arraigada em sua cultura urbana (ROLNIK, 1988). Na cidade, os espaços livres públicos se caracterizam como elementos ímpares às práticas socioculturais e políticas dos habitantes urbanos em sua plenitude pública. As dinâmicas que neles ganham forma conectam conhecidos e estranhos de maneira sistêmica e promovem a diversidade. Dessa maneira, a sociedade adquire os benefícios da possibilidade do encontro, do lazer, das festividades populares, da manifestação política, da construção de espaços de democracia (MACEDO et al., 2018).

Os espaços públicos urbanos devem ser o palco da miscigenação e de múltiplos cenários da vida pública, bem como favorecer o encontro e a comunicação diante da diversidade da sociedade urbana. Em face à sua dimensão plural, o espaço público carrega consigo a expressão da diversidade, da indução ao intercâmbio multicultural e do aprendizado à tolerância entre grupos sociais distintos (BORJA, 2003). No entanto, essa prática de convivência coletiva tem sido, de modo necessário, restringida pelas autoridades governamentais durante o período pandêmico. Atenção especial deveria ser direcionada aos grupos de maior vulnerabilidade, cujas causas múltiplas se tornam mais intensificadas frente às restrições de convivência, com potencial agravamento da saúde mental. (LIMA et al., 2021).

Se por um lado o ato de “estar junto” nos espaços públicos urbanos pode ser considerado positivo e essencial em um momento pré-pandemia, por outro, provoca-nos a reflexão sobre a influência dessa e de outras características pertencentes ao ambiente urbano que poderiam ter favorecido a veloz disseminação do vírus, tais como a densidade,

os meios de circulação e de transporte e as condições de habitação. Assim, surge então, a necessidade de um novo olhar perante os espaços urbanos, salientando uma realidade já conhecida, mas possivelmente subestimada das cidades (NETTO et al., 2020).

Desse modo, podemos apontar dois possíveis vieses para as apropriações dos espaços livres urbanos no período pós-quarentena. Um viés direcionado a um suposto enfraquecimento do seu símbolo social com, principalmente, espaços livres públicos sendo menos apropriados pelos cidadãos. Já outro, fundamentado na hipótese de que a possibilidade das pessoas saírem de suas residências — após tanto tempo de enclausuramento — pode intensificar o uso desses espaços nas cidades de uma maneira ainda desconhecida. Entretanto, esses questionamentos assumem um alto grau especulativo e hipotético no contexto atual, tendo em vista sua grande instabilidade e incerteza. Apesar disso, uma nova mudança de paradigmas a respeito dos modos de produção e gestão das cidades parece ser bem plausível diante dos fatos já enfrentados até então nesta pandemia e da própria história do urbanismo (NETTO, 2020).

Reflexões acima exaltam preocupação de como vamos viver depois da pandemia. E a previsão futura passa por requerer capacidade e criatividade com os arranjos sócio espaciais e institucionais.

No advento do novo milênio, o sociólogo Zygmunt Bauman (2001) defendeu a ideia de que as relações e dinâmicas sociais diluíram-se e tornaram-se fluidas a partir da desconstrução de paradigmas das sociedades capitalistas ao longo da evolução humana. Dessa maneira, a modernidade líquida baseada na individualização do sujeito, nas volatilidades e nas fragmentações das estruturas sociais não se mantém fixa a um espaço ou tempo.

Nessa esfera, Bauman (2001) prossegue sua discussão a respeito da civilidade intrínseca ao espaço público e a efemeridade do indivíduo na vida pública. O autor argumenta sobre as condições que determinam o caráter transitório dos espaços públicos diante da liquidez inerente à sociedade atual. As características espaciais do ambiente construído se tornam meios decisivos na produção de espaços “públicos, mas não civis” a partir da ausência de interação social. Nesse caso, o sociólogo critica a produção arquitetônica e urbanística da cidade contemporânea utilizando o caso da praça corporativa do centro financeiro de Paris, o bairro La Défense. Para o autor, os espaços públicos perdem seu domínio de civilidade e tendem a ser reconfigurados como espaços fluidos de permanência reduzida e passam a disseminar, assim, a dispensabilidade da interação com o estranho.

Partindo do pressuposto de que a transição estrutural dos sistemas de produção, das relações comerciais e do modelo de desenvolvimento urbano tem seus desdobramentos nas relações sociais, a experiência de sociabilidade dos indivíduos nos espaços das cidades é afetada de tal modo. A vida capitalista, em função do consumo, alimenta o estranhamento mútuo ao encarar o outro na esfera pública (BAUMAN, 2008).

Agora diante da questão dos afetos que envolvem a sociabilidade na cidade capitalista, a nova conjuntura anunciada parece revelar uma nova face de possibilidades nas relações sociais. Seja no núcleo familiar, laboral ou escolar, diversos estudiosos das ciências sociais já apontam possíveis rupturas iminentes nas relações de sociabilidade humana. Seria este um novo momento das relações líquidas da sociedade capitalista anunciadas por Bauman em um passado não tão distante?

As fragmentações e volatilidades das relações de sociabilidade parecem ser percebidas de modo mais latente durante as ações necessárias de isolamento social. Os padrões culturais da sociedade capitalista contemporânea que preza cada vez mais pela intimidade, privacidade e individualismo na vida urbana encontram sua zona de conforto neste momento. E se por um lado o individualismo, a repulsa às diferenças e as relações efêmeras caracterizam a sociedade capitalista do século XXI, por outro, a preservação das disparidades aliada à possibilidade de livre circulação pela cidade podem aliviar a dicotomia do medo e da insegurança no espaço urbano (BAUMAN, 2007).

No processo de transição da fase em que nos encontramos, a possível intensificação da individualização do sujeito contemporâneo figura-se como um fator alarmante, pois provoca uma ruptura nos modos de sociabilidade dos cidadãos tanto no desfrute de espaços públicos quanto de espaços privados de caráter coletivo. Diversos cientistas e sanitaristas recomendam expressamente mantermos distância uns dos outros, fato que pode tornar o momento pós-quarentena incerto com resquícios de medo do contato com o estranho (DEPINÉ, 2020).

E nesse aspecto, o diálogo teórico acima exposto ressalta que é justamente no espaço público onde a experiência de se conviver com o estranho deve se fazer presente. Ele é o espaço da diferença e da manifestação da diversidade social. Certamente, essa situação reforça a necessidade de revisão dos meios de socialização existentes e das práticas comuns possíveis no espaço urbano. É necessário repensarmos coletivamente os passos para a devida reapropriação dos corpos nos espaços livres das cidades, garantindo os direitos constitucionais do habitante urbano no acesso a espaços públicos salubres,

qualificados e democráticos. Diante disso, quais práticas insurgentes poderiam nos auxiliar no processo de reapropriação da cidade?

### 3. NOTAS SOBRE AS [NECESSÁRIAS] INSURGÊNCIAS

#### 3.1 Como ser Resiliente?

Nessa nova conjuntura desafiadora apresentada, as cidades necessitam mostrar-se resilientes e capazes de se reinventar, pois a reconstrução de um modelo preexistente não se mostra adequada no iminente novo cenário mundial. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2012), a resiliência de uma cidade está aliada à capacidade da mesma resistir, absorver e se recuperar de modo eficaz dos impactos de um desastre e, organizadamente, evitar que vidas e bens sejam perdidos. Já para Meerow *et al.* (2016), a resiliência urbana pode ser compreendida como a capacidade do sistema urbano, em todos os seus aspectos, manter, retornar, adaptar ou transformar suas funcionalidades, de maneira rápida, perante a uma mudança ou distúrbio que seja limitante para as suas possibilidades atuais e futuras.

Contudo, diferentemente do que acreditam estes autores, não consideramos uma cidade resiliente aquela que é capaz de se manter ou retornar ao estado anterior, em todos seus aspectos diante de um distúrbio. A cidade se diferencia de um material resiliente neste sentido. Para serem resilientes tornam-se diversas, pois a vulnerabilidade e a complexidade existentes no meio urbano fazem com que seja necessária a transformação para se enfrentar os desafios que surgem, como a Covid-19 (DEPINÉ, 2020).

Somente a possibilidade de se adaptar, de se transformar e de se reorganizar rapidamente faz com que haja uma verdadeira resiliência urbana. Isto é, considera-se aqui que a resiliência é a capacidade do sistema urbano tolerar e resistir a impactos e a mudanças, absorvendo e adaptando-se para recuperar-se dos efeitos gerados.

Em um primeiro momento de análise sobre a situação encontrada causada pela pandemia, avalia-se que grande parte das cidades mundiais não se mostrou resiliente segundo os dez passos de resiliência urbana da ONU (2012); dentre eles, o parâmetro que cita a prevenção de bens e, especialmente de vidas. Milhares de pessoas morreram e continuam morrendo devido à Covid-19 (Organização Pan-Americana da Saúde, 2020).

Do mesmo modo, não foram tomadas medidas preventivas que ajudassem a evitar os impactos sociais, sanitários e econômicos dessa crise. Essa surgiu inesperadamente para grande parte da população mundial, em uma proporção colossal. As cidades não se encontravam preparadas para tal e não foi possível criar e/ou fortalecer uma infraestrutura

urbana de prevenção, de maneira ágil e eficaz, antes do vírus disseminar-se na maioria das grandes cidades.

Entretanto, na situação atual, não podemos nos deter a identificar as falhas, mas devemos identificar as possibilidades e as ações que mitiguem os danos causados: um outro passo instituído pela ONU (2012) para cidades resilientes é a garantia de apoio à população após desastres. Como podemos nos adaptar e melhorar a situação atual?

Se considerarmos que resiliência urbana está intimamente ligada à promoção de ambientes urbanos adequados que proporcionem, por exemplo, acesso aos serviços básicos, trabalho em boas condições, locomoção fácil e segura e, espaços de lazer agradáveis e seguros, percebemos que esses fatores ultrapassam fronteiras. São questões a serem trabalhadas e resolvidas em diversos locais do mundo (JUNQUEIRA e KRAMER, 2015).

No entanto, é difícil encontrar soluções pensando na escala nacional ou mesmo estadual, visto que as pessoas vivem no seu cotidiano na escala da cidade. Dessa forma, criar e operar cidades resilientes, seja nesse momento ou em qualquer outro, é pensar no coletivo e em um todo maior. E uma das atitudes iniciais que pode ajudar a gerar a resiliência e ser decisiva no período pós-quarentena é a ação na microescala, com a participação da sociedade (JUNQUEIRA e KRAMER, 2015).

### **3.2 Resistir pela Insurgência?**

Diante dessa conjuntura, mais do que nunca, os espaços precisam ser socialmente produzidos. Torna-se essencial inserir, no meio urbano, a participação efetiva dos cidadãos nas tomadas de decisão. É necessário o engajamento das partes interessadas. A partir disso, soluções pontuais poderão ocorrer de iniciativas locais, de agentes públicos e da articulação de coletivos urbanos. Estas soluções, baseadas majoritariamente em um urbanismo tático ou insurgente, podem ser vislumbradas como um possível caminho a ser trilhado e, em alguns casos, já se mostram presentes nas cidades.

Considera-se, neste artigo, o urbanismo tático como formas espontâneas de apropriação de espaços públicos subutilizados ou terrenos baldios (NOGUEIRA, 2017). Normalmente, essas apropriações estão relacionadas à instalação de protótipos urbanos efêmeros, de instalação rápida e de baixo custo, que podem servir como testes para apreender quais atividades são mais apropriadas ao espaço em questão (SOUZA, 2020).

Infelizmente, o urbanismo tático é, em muitas situações, utilizado para propaganda travestida de prática social, não tendo as premissas do seu próprio conceito seguidas. E é nessa conjuntura que o urbanismo insurgente se insere; diferenciando-se do



tático. Apesar de também ser produto do neoliberalismo e fomentado pela difusão da informação em rede, ele apresenta-se como uma corrente resistente e rebelde, proveniente das estratégias de coletivos urbanos (SOUZA, 2020).

Em outras palavras, o urbanismo insurgente, através dos coletivos urbanos, aproveita a urbanização inacabada ou espaços esquecidos e subutilizados para redistribuir os recursos e promover a liberdade. Ele considera que o processo de formação da cidade ultrapassa as relações de natureza física sendo, assim, necessário refletir sobre os atos dos sujeitos pertencentes a esse meio (LIMA, 2015).

Por majoritariamente se tratarem de intervenções temporárias de implantação rápida e de pouco investimento, essas ações — sejam de urbanismo tático ou insurgente — também estão ligadas à flexibilidade e às incertezas do mundo atual. Aplicar essas intervenções temporárias permite que os espaços urbanos estejam disponíveis a oportunidades futuras de alteração, sobretudo em virtude das mudanças frequentes e bruscas pelas quais as cidades contemporâneas já passam, mesmo em momentos considerados “normais”; ajudando a torná-lo resiliente (ROSA, 2011).

Ao apoiar a presente investigação em temas como urbanismo tático e urbanismo insurgente reascendem, numa perspectiva cultural, a possibilidade de articular desejos, possibilidades à ideia de resistência.

O período pós-quarentena, paulatinamente iniciado, necessita dessa flexibilidade para verificação da melhor solução às questões de apropriação dos espaços livres públicos geradas por esse problema, até então, inédito. Ademais, como são ações que se mostram abertas à participação da população, ou melhor, são formadas através dessa participação, apresentam-se como inclusivas, representativas e de acesso equitativo.

Além disso, esses dois estilos de urbanismo podem estimular políticas públicas, em virtude de um comportamento cooperativo: envolvem parcerias que compreendem a participação da sociedade e de diferentes atores da estrutura urbana para o seu sucesso. São capazes de produzir espaços com uso e significado, adequados mesmo nessa fase, dado que estão atrelados a um potencial de criatividade (SOUZA, 2020).

Assim, as intervenções temporárias também aparecem como um possível caminho para o cumprimento do acordo mundial “Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres” para o ano de 2030. Esse acordo promove a resiliência dos países e seus territórios e, juntamente com a Covid-19, coloca em questão fenômenos evolutivos que ultrapassam os “desastres naturais”. O foco é direcionado às adequações da gestão do território para oferecer saúde pública (VALERDI, 2020).

Um bom exemplo, já em curso, da adaptação da urbe ao cenário atual através dessas intervenções é a mobilidade e a caminhabilidade urbanas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que a circulação a pé ou de bicicleta é uma das medidas mais factíveis a ser tomada para obtenção do distanciamento social, dado que uma porcentagem considerável de deslocamentos que poderiam ser realizados por esses meios é feita de modo motorizado. Em Lima no Peru, por exemplo, 30% das viagens urbanas com menos de 7 km é realizada por automóveis. Isto posto, observa-se uma oportunidade de ampliação dos espaços livres públicos de lazer que se encontram em proporção reduzida pela circulação de veículos motorizados (VALERDI, 2020).

Nota-se que a pandemia gerou um movimento em direção ao transporte individual que deve persistir durante o período pós-quarentena e que pode resultar negativamente nos índices de poluição e no tráfego urbano. Quem possuía a possibilidade de se deslocar individualmente — carro, motocicleta, bicicleta, etc. — começou a realizar isso, evitando opções de compartilhamento com outras pessoas, como no transporte público (DEPINÉ, 2020).

A cidade de Budapeste, logo no início da pandemia, foi um bom exemplo disso: teve redução de 50% no tráfego viário e 90% no uso de ônibus. Nas cidades chinesas — país de origem do novo Coronavírus — já no período pós-quarentena, o medo de contágio duplicou a utilização dos automóveis particulares e reduziu pela metade o uso do transporte público (DEPINÉ, 2020).

Diante disso, algumas cidades ao redor do mundo passaram a tomar providências que permitem maior distanciamento social, como alargamento de calçadas para que os pedestres circulem a pelo menos um metro e meio de distância um dos outros e novas ciclovias (DEPINÉ, 2020). Tudo isso proporcionado através de pinturas de demarcação de espaços no chão, disposição de mobiliário urbano temporário, semáforos de pedestres para evitar acumulação, dentre outras ações voltadas ao urbanismo tático e insurgente.

Bogotá foi uma das cidades que aderiu a essa linha de planejamento: aumentou 117 km de vias disponíveis para circulação de bicicletas com horário de uso restrito, que se somaram aos 550km previamente existentes de ciclovias permanentes (VALERDI, 2020) (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Ciclovía temporária na cidade de Bogotá na Colômbia.



Fonte: créditos: @nico\_estupinan <https://www.mobilize.org.br/noticias/12011/bogota-expande-ciclofaixas-em-estrategia-contra-o-coronavirus.html>, 2020.

Figura 2: Plano inicial de ciclovias temporárias da cidade de Bogotá na Colômbia.



Fonte: Mapa da rede cicloviária de Bogotá, com as ciclofaixas temporárias assinaladas em amarelo.  
Imagem: Reprodução/ Prefeitura de Bogotá

Uma outra aplicação dessas ações temporárias apropriadas ao período pós-quarentena, especialmente interessante para uma retomada do significado social dos espaços livres públicos de lazer, é a demarcação de áreas voltadas para cada grupo de pessoas em parques ou praças (Figura 3).

Figura 3: Demarcação de espaços determinada por regras de distanciamento social no Domino Park em Nova Iorque.



Fonte: Acervo de Spencer Platt/Getty Images/AFP, 2020

Conforme o acima exposto, a reorganização dos espaços urbanos pelo urbanismo tático e insurgente pós-quarentena é um exercício de cidadania em escala local, que faz com que as pessoas desenvolvam a consciência necessária em função da sua vivência como usuários e que oportuniza uma reflexão sobre a importância dos espaços públicos nas cidades (BERNARDES, 2020).

Todavia, a apreensão dessas soluções ainda se encontra pontual. A urbe é mais complexa e necessita de uma visão mais ampla que compreenda e valorize o todo. Nesse sentido apresentam-se, como uma alternativa, ações de reordenamento dos espaços livres urbanos de maneira sistêmica entre Estado e sociedade civil, considerando os esforços coletivos das apropriações de grupos sociais distintos no sentido de potencializar aspectos como a multifuncionalidade, vitalidade e polissemia da cultura urbana.

### 3.3 E o Futuro?

Abordagens que associam intervenções táticas e insurgentes aos sistemas de espaços livres públicos, trabalhando-os de forma a valorizar diferentes escalas de maneira sistêmica — tanto com relação à compreensão de um todo, quanto com relação às ações e aos diversos corpos institucionais — apresentam-se como um caminho interessante a ser trilhado.

Para obtermos cidades resilientes é preciso uma governança e gestão resilientes, com parcerias e colaboração entre a população, a academia e os setores público e privado. O poder público possui enorme potencial para apoiar as outras organizações, enquanto o

cidadão tem papel determinante nesse processo e, pode ser o melhor veículo para alcançar a resiliência urbana (ROVERE e CARLONI, 2015).

Essa articulação entre as diferentes escalas urbanas, corpos institucionais e o urbanismo baseado na transitoriedade pode permear todo o ambiente urbano, preenchendo as ausências, democratizando o acesso aos espaços da cidade, estimulando a cidadania e, ainda, sendo uma alternativa menos custosa no meio dessa iminente crise político-econômica gerada pela pandemia. Isto é, ressalta-se a potencialidade dessas abordagens especialmente para zonas urbanas desfavorecidas ou esquecidas pelas políticas públicas, proporcionando possíveis interações sociais e práticas de cidadania seguindo o novo modelo de distanciamento social exigido pelo processo pós-quarentena.

O processo de aprendizagem desse conviver, potencializado por ocasião das medidas restritivas, agora já flexibilizadas, deparam-se com uma cidade em crise. O espaço urbano como espaço de experiência aprendeu a lidar com as narrativas da pandemia, condicionadas a necessidade de partilhar normas e vivenciar a comunhão de códigos distintos, com valores diversos.

A partir das relações de poder que são profundamente assimétricas, pensar a cidade a partir dos cuidados, dos vínculos, da saúde exigiu determinada dinâmica que revelou demandas por intervenções nos sistemas de espaços livres públicos que considerassem que a cidade mudou. Os temas que envolvem as cidades são mais complexos. O discurso dos direitos ainda é muito pouco reconhecido nos instrumentos de planejamento das cidades exigindo outros canais de diálogo com os movimentos sociais.

Hoje é necessário repensar a urbanização. Hoje é necessário repensar o direito à cidade. Hoje é necessário repensar a dimensão do urbano ambiental e, por consequência da relação homem-natureza na cidade. Se por um lado, as especificidades revelam a questão da adaptabilidade dos habitantes, por outro, reconhece-se que há um revigorado movimento de desregulamentação e/ou padronização da legislação urbanística no país, na perspectiva de retirar aquilo que é específico do lugar.

Novos personagens e temas ganham a cena, mulheres demandando direitos, a luta de caráter antirracista, jovens se apropriando de um debate cultural mais forte sobre o eco consumismo, o debate sobre relações do trabalho e da produção, entre outros. O que vem por salientar que tudo importa nessa perspectiva revolucionária de criar e transformar espaços na cidade contemporânea.

Pensar nos efeitos da pandemia apoia-se, sobretudo, em revisitar o conteúdo do direito à cidade, em fruir a cidade como um bem comum. Ter no sistema de espaços livres

públicos a perspectiva de compreendê-lo enquanto recursos social e ambiental. E uma vez reconhecendo que são muitas as possibilidades que o urbanismo baseado na transitividade pode oferecer ao ambiente urbano, preenchendo as ausências, democratizando o acesso aos espaços da cidade, estimulando a cidadania, fomentando afetividade, com pensamento colaborativo, trilhar a mudança, a partir de então instituída, fica mais factível.

Um movimento de trazer a cidade para perto e de se considerar parte desta cidade é o que se anuncia como futuro, em um processo contínuo de aprendizagem e de experimentação. Ao desejar participar das decisões sobre o destino dos espaços públicos, ao desejar participar da construção do que é o público, o cidadão, mesmo adotando a emergência enquanto ato, mesmo adotando a resiliência enquanto gesto, potencializa a geração de oportunidades, potencializa modos de viver a cidade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ideias aqui apresentadas apoiaram-se em reflexões teórico-práticas que elucidaram e continuam elucidando aspectos como a multifuncionalidade, a vitalidade e a polissemia da cultura urbana, em um movimento crítico e reflexivo. No âmbito de uma discussão sobre possíveis ações de reordenamento dos espaços livres urbanos foram consideradas, para além das práticas sociais e estratégias consequentes, a necessária revisão e reformulação de políticas públicas a fim da reativação dos espaços urbanos na conjuntura atual e no futuro das cidades brasileiras.

De algum modo, parece que caminhamos em um processo de transição cultural mediante a iminente implosão de métodos tradicionais de gestão e produção de cidade. A nova realidade urbana que nos foi revelada no início desta nova década fomenta a reformulação de uma agenda urbana pautada no devido reordenamento dos espaços livres urbanos de lazer e sociabilidade.

Essa transição cultural se fortalece, sobretudo, no uso dos espaços públicos na cidade, no direito aos espaços da cidade, nos modos de fruição e convivência na cidade, em cocriar e participar na construção do que é o público. Um novo conviver urbano, que se impõe enquanto resistência.

Resistência à normalidade, que normalidade? Deparamo-nos, na realidade, com uma verdadeira luta pela ocupação e apropriação dos espaços livres e públicos, um eterno fazer, refazer e desfazer, na qual a discussão aqui apresentada é apenas uma contribuição.

A pesquisa, em curso, apesar de reconhecer que as cidades contemporâneas lidam com uma pauta mais abrangente, mais complexa, vislumbram, a partir das narrativas da

pandemia, pensar o espaço urbano como o espaço da experiência, tendo no espaço público uma estratégia socioespacial. Nesse aspecto, a questão abordada neste artigo acerca de sociabilidades e políticas públicas, teve como propósito realizar, inicialmente, uma reflexão quanto a abordagens teórico-práticas e confrontá-las com alguns recentes fenômenos que invadiram a sociedade e a cidade contemporânea. O tema não se esgotou aqui, pois saber ler a realidade, criar relação entre o que existe e o novo permanece como esforço de pesquisa a ser considerado em desdobramentos futuros.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERNARDES, Claudio. **Urbanismo tático na luta contra a pandemia**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiobernardes/2020/08/urbanismo-tatico-na-luta-contra-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 1 set. 2020.
- BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.
- DEPINÉ, Ágatha. **Resiliência urbana e o impacto da Covid-19 nas cidades**. 2020. Disponível em: [https://via.ufsc.br/resiliencia-urbana-covid-19/#\\_ftn1](https://via.ufsc.br/resiliencia-urbana-covid-19/#_ftn1). Acesso em: 31 ago. 2020.
- FREITAS, Maria João; ESTEVENS, Ana. Territórios resilientes, criativos e socialmente inovadores: desafios e paradoxos à transformação e mudança face a disrupções e processos com expressões difusas e diluídas no tempo. In: **Congresso Português de Sociologia**, VII., 2012. Porto. *Anais...* Porto: Universidade do Porto, 2012.
- JUNQUEIRA, Pedro; KRAMER, Kirsten. “Da consciência à resiliência: o novo papel do poder público e do cidadão na construção de uma cidade resiliente”. **Cadernos Adenauer**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Vol. XVI, N. 2, pp. 57-76, 2015.
- LELES, Mariana. **Resistência, resiliência e ressignificação frente à pandemia de Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://pebmed.com.br/resistencia-resiliencia-e-ressignificacao-frente-a-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- LIMA, J.L; MELO, A.B de; PERPETUO, C.L. Pandemia e a Exacerbação das vulnerabilidades sociais: impactos na saúde mental. *Akrópolis*, Umuarama, v.29, n.1,p.59-74 jan/jun, 2021 DOI : <https://doi.org/10.25110/akropolis.v29i1.8310>.
- LIMA, Evelyn. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- MACEDO, Silvio et al. **Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.
- MEEROW, Sara; NEWELL, Joshua; STULTS, Melissa. “Defining urban resilience: A review”. **Landscape and Urban Planning**. Amsterdã: Elsevier, Vol. 147, pp. 38-49, 2016.
- NETTO, Vinicius. **Como a pandemia impactará nossas cidades?** 2020. Disponível em: <https://caosplanejado.com/como-a-pandemia-impactara-nossas-cidades/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- NETTO, Vinicius *et al.* **As cidades na pandemia: o papel do tamanho e da densidade urbana**. 2020. Disponível em: <https://caosplanejado.com/as-cidades-na-pandemia-o-papel-do-tamanho-e-da-densidade-urbana/>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- NOGUEIRA, Pedro. “Urbanismo tático e intervenções urbanas: aderências e deslizamentos”. **Arcos Design**. Rio de Janeiro: EdUERJ, Vol. 10, N. 1, pp. 89-101, 2017.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Como Construir Cidades Mais Resilientes: Um Guia para Gestores Públicos Locais**. 2012. Disponível em: [www.unisdr.org/files/26462\\_guiagestorespublicosweb.pdf](http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf). Acesso em: 25 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha informativa COVID-19 - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 02 ago. 2020.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROSA, Marcos (Org.). **Microplanejamento: Práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

ROVERE, Emilio Lèbre La; CARLONI, Flávia Beatriz Beserra Azevedo. “Mitigando Emissões de GEES no Contexto Subnacional: o Caso da Cidade do Rio de Janeiro”.  **Cadernos Adenauer**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, Vol. XVI, N. 2, pp. 23-38, 2015.

SOUZA, Karina Martins de. **A dinâmica dos espaços residuais na cidade contemporânea: o caso da Cidade Nova e arredores**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

VALERDI, Ari Fernando. **Programas de URBANISMO TÁCTICO ante COVID-19**. 2020. Disponível em: [https://laboratoriospaciopublicomexico.wordpress.com/2020/04/27/programas-de-urbanismo-tactico-ante-covid-19/?fbclid=IwAR0Ro6SOzfqUp\\_SII9Onn89RqF0qpi0vHTUZLx8PTTWfPvTF4\\_yNEf8q\\_T](https://laboratoriospaciopublicomexico.wordpress.com/2020/04/27/programas-de-urbanismo-tactico-ante-covid-19/?fbclid=IwAR0Ro6SOzfqUp_SII9Onn89RqF0qpi0vHTUZLx8PTTWfPvTF4_yNEf8q_T). Acesso em: 26 ago. 2020.